

HIGIENE, MORAL E ESTÉTICA: A INFLUÊNCIA MÉDICA NA TRAJETÓRIA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL

HYGIENE, MORALS AND AESTHETICS: MEDICAL INFLUENCE ON THE TRAJECTORY OF NATAL INDUSTRIAL SCHOOL

Francinaide de Lima Silva Nascimento*
francinaide.silva@ifrn.edu.br

Rita Diana de Freitas Gurgel^{1**}
r.dianafg@gmail.com

RESUMO: Analisa as práticas educativas higiênicas da Escola Industrial de Natal (EIN) no período de 1938 a 1951, a partir de imagens localizadas no Arquivo Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) e de notícias veiculadas pelo jornal Diário de Natal (edições digitalizadas na Hemeroteca Digital Brasileira). As notícias foram obtidas a partir do uso do descritor “escola industrial de natal”. Das 290 ocorrências, selecionamos aquelas que enfatizam o modelo de formação alinhada aos preceitos higienistas, à formação moral e estética dos alunos. Nas análises, agregamos as contribuições teóricas de Magalhães (2004), Julia (2001) e Gatti e Gatti Júnior (2018), para demonstrar que, por meio de formação teórica e prática, a EIN imprimiu um conjunto de práticas educativas sob forte influência do discurso médico-higienista que foi capaz de controlar espaço, tempo e corpos, ao mesmo tempo que intencionavam a fabricação de indivíduos dóceis, ordeiros e obedientes.

PALAVRAS-CHAVE: Higiene; Escola Industrial de Natal; Educação Profissional.

ABSTRACT: It analyzes the hygienic educational practices of the Industrial School of Natal (ISN) in the period from 1938 to 1951, based on images located in the General Archive of the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFRN) and news published by the newspaper “Diário de Natal” (digitized editions in the digital periodicals library (“Hemeroteca Digital Brasileira”). The news were obtained from the use of the descriptor “escola industrial de natal”. Of the 290 occurrences, we selected those that emphasize the training model aligned with hygienist precepts, moral and aesthetic training of students. In the analyses, we added the theoretical contributions of Magalhães (2004), Julia (2001) and Gatti and Gatti Júnior (2018), to demonstrate that, through theoretical and practical training, the EIN imprinted a set of educational practices under the strong influence of the medical-hygienist discourse that was able to control space, time and bodies, while intending to manufacture docile, orderly and obedient individuals.

KEYWORDS: Hygiene; Industrial School of Natal; Professional Education.

Introdução

No final do século XIX, o mundo passava por mudanças fruto do desenvolvimento tecnológico e impulsionadas pela Ciência, em específico, pelas ciências naturais e exatas, que prospectavam boas expectativas de futuro para a humanidade.

* Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

** Docente no Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, as condições objetivas de vida da classe trabalhadora brasileira, principalmente daquela que habitava os centros urbanos, pautavam o discurso médico como causa da proliferação de cortiços, de favelas, de doenças infectocontagiosas, de vícios e dos constantes focos de desordem. O que o Estado denominava por focos de desordem consistiam muitas vezes pela organização da classe trabalhadora em movimentos anarquistas e anarco-sindicalistas que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho na indústria. Logo, o Estado passou a lançar medidas em prol do controle higiênico, de maneira que fossem capazes de modelar os hábitos e costumes das camadas populares e inculcar os valores do mundo do trabalho fabril, livrando-as do mundo dos vícios e do crime.

Assim, por meio da inculcação de hábitos de higiene, normas de saúde, justificadas e legitimadas pelas descobertas da Ciência, a medicina urbana adotada pelo Estado brasileiro no final do século XIX procurou disciplinar os trabalhadores e eliminar os perigos que eles representavam, tanto à saúde dos dirigentes do País como à sua propriedade (MORAES, 2000). De maneira geral, a higiene “entendia que a desorganização social e o mau funcionamento da sociedade eram as causas das doenças, cabendo à Medicina refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível”. (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 118).

Sob o novo regime, os dirigentes do País demonstravam apreensão com o crescimento do número de crianças, órfãos e desvalidos que engrossavam a mendicância nas ruas das cidades. Para não conflitar com os novos modos que a Modernidade requeria, foi providenciada a criação de asilos e reformatórios, instituições moralizadoras que pudessem, por meio do trabalho, funcionar como importante recurso pedagógico no processo de formação desses indivíduos. (GURGEL, 2007).

O discurso da incorporação dos pobres e dos trabalhadores à República foi uma constante. Houve um grande esforço empreendido pelos republicanos para que o povo passasse a identificar a República como algo pertencente a si. Para isso, foram utilizados inúmeros instrumentos, tais como a “bandeira, o hino, os heróis, a identificação da República com a figura feminina, com a intenção, explícita ou implícita, de atingir o imaginário popular e imprimir-lhe uma imagem menos distante do novo regime” (CARVALHO, 1990 apud FARIA FILHO, 2001, p. 18).

O que se vê delinear no Brasil a partir dos anos 10, 20, 30 do século XX é o aceleração dessas mudanças em diversos planos. Na transformação das cidades, passam-se a observar as construções de largas avenidas, de praças, de circulação de novos meios de transportes em substituição àqueles movidos por animais e a oferta de novos ambientes de lazer. Dentre as instituições públicas, as transformações chegaram à escola.

Nas estratégias delineadas pelos médicos higienistas, a escola passa a ser vista como uma instituição capaz de operar a transformação desejada pela elite econômica e política quanto ao povo, pois era necessário transformá-lo. Logo, a escola imprimiria uma nova cultura necessária à convivência com a Modernidade. Construção dos prédios escolares apropriados, oferta de novos conteúdos científicos, inclusão de novos materiais didáticos e formação docente, tudo isso formava uma nova cultura escolar.

Para isso, o arcabouço normativo e as práticas educativas das instituições contribuíram para o projeto de sociedade em curso, pois, conforme aponta Julia (2001, p.10), a cultura escolar consiste em

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas e finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Por que a escola? Conforme aponta Magalhães (2004, p. 124), as instituições educativas “são organismos vivos que, ontem como hoje, [integra-se] de forma mais ou menos convergente numa política educativa, numa estrutura educacional [por vezes conflituosa, entre diferentes campos e sujeitos]”. Isso significa dizer que, ao passo que transmitem uma cultura (a cultura escolar), essas instituições não deixam de produzir culturas, pois estão inseridas em uma realidade social, econômica, política, educacional e cultural, e que, por isso, integram a história dessa mesma sociedade.

Por que a escola? Conforme aponta Magalhães (2004, p. 124), as instituições educativas “são organismos vivos que, ontem como hoje, [integra-se] de forma mais ou menos convergente numa política educativa, numa estrutura educacional [por vezes conflituosa, entre diferentes campos e sujeitos]”. Isso significa dizer que, ao passo que transmitem uma cultura (a cultura escolar), essas instituições não deixam de produzir culturas, pois estão inseridas em uma realidade social, econômica, política, educacional e cultural, e que, por isso,

integram a história dessa mesma sociedade.

Assim, a cultura escolar difundida nas instituições foi capaz de difundir práticas escolares que compuseram seu cotidiano e que revelavam, no dizer de Faria Filho e Vidal (2004, p.151) como “[...] produtoras de sujeitos e de seus respectivos lugares no interior do campo pedagógico” e que “[...] tais práticas produzidas pelos sujeitos no seu dia a dia escolar, também os produzem”. Daí que, nesta escrita, traremos alguns registros dessas práticas como sendo também frutos da cultura do lugar (cidade de Natal), que, além de inculcar nos alunos a necessidade de apropriação do conhecimento prático (aprender ler, escrever e ter um ofício), intencionavam ainda modelar suas condutas.

Dito isto, intencionamos, neste artigo, analisar as práticas educativas higiênicas que compuseram a dimensão da cultura escolar na Escola Industrial de Natal, no período de 1938 a 1952, e o faremos com o auxílio de fontes documentais, aqui vistas a partir da proposta de Le Goff (1996), que toma os documentos como monumentos, procurando desvendar por meio deles o sujeito produtor e as relações de poder estabelecidas na sociedade que o fabricou. Ou seja, consiste naquilo que evoque o passado da EIN, aqui, constituídos pelos registros fotográficos, pela arquitetura, pela legislação, que, uma vez apropriados buscam constituir os indícios do modelo de formação dada pelo Estado aos filhos das camadas populares, os quais foram eivados de práticas higiênicas que contribuíram para produção de indivíduos dóceis e laborais. Além disso, incorporamos notícias veiculadas pelo Diário de Natal², órgão da imprensa norte-rio-grandense que circulou por mais de 70 anos, de segunda-feira a sábado, as quais tivemos acesso as edições no site da Hemeroteca Digital Brasileira, utilizando o descritor “escola industrial de natal”, para o qual obtivemos 290 ocorrências durante o período (1942 a 1969) das edições digitalizadas, das quais selecionamos aquelas atinentes as práticas higiênicas.

As razões para incorporamos a imprensa como fonte de pesquisa têm inspirações no

² Fundado por Aderbal de França, Djalma Maranhão, Waldemar Araújo e Rivaldo Pinheiro, sob a denominação de *O Diário*. O primeiro exemplar circulou em 18 de setembro de 1939. À época, Natal contava com dois jornais: *A Ordem* (fundado pela Arquidiocese de Natal, em 1935) e *A República* (fundado em 1º de julho de 1889 por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder republicano, integrante de oligarquia). A partir de 1945 integrou o grupo *Diários Associados S/A* (fundado em 1920 por Assis Chateaubriand). Somente em 1947, passou a circular sob a denominação de *Diário de Natal (DN)*. Em 1954, o DN funda *O Poti*, com circulação somente aos domingos. Em 2009, o DN passou por um processo de reestruturação que não foi suficiente à superação da crise que vivia, culminando em 2012 com o encerramento de sua circulação definitivamente. Para saber mais, consultar Bezerra e Kneipp (2017).

estudo feito por Gatti e Gatti Júnior (2018) sobre “as representações na imprensa de práticas cívico patrióticas em instituições escolares de Minas Gerais (Brasil na primeira metade do século XX)”, visto que a imprensa:

[...] é partícipe da construção de um processo histórico, pois, por meio de seus registros, é possível perceber o cotidiano de uma cidade em determinado período, o que oportuniza, desta maneira, apreender os movimentos que emanam dessa sociedade, em seu contexto político, econômico, social e cultural. O fato é que a imprensa é presença marcante em todas as manifestações que giram em torno de uma sociedade. (GATTI; GATTI JÚNIOR, 2018, p. 32).

Assim, dada a importância da imprensa como fonte de pesquisa, voltamos nossos olhares àquelas matérias que disseminaram valores científicos e morais, as quais envolviam alunos, professores e direção e que constituíram a cultura escolar e deram identidade à Escola Industrial de Natal. Para isso, faremos uma breve incursão histórica da criação da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Industrial de Natal, com destaque para as práticas higiênicas que contribuíram para modelação dos corpos e mentes e reforçaram à construção do sentimento cívico-patriótico.

De Escola de Aprendizes Artífices (EAA) à Escola Industrial de Natal (EIN): a influência da higiene na formação do trabalhador

Desde os anos finais do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, as iniciativas governamentais voltadas à educação estiveram atreladas à “reconstrução nacional, a conformação da cidadania, e para a questão da organização do trabalho”. (MORAES, 2000, p.70). No projeto de País que se delineava, a formação moral e o ajustamento do trabalhador à nova ordem social-econômica estiveram no centro das medidas no campo educacional.

Nesse contexto, a transmissão de uma filosofia moral, baseada em uma ética do trabalho e em uma crença no progresso, via incorporação de um saber técnico, alicerçou o objetivo de criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, as quais, uma vez que propunham a retirada dos menores desvalidos das ruas e lhes ensinar um ofício, implicaria que esses passariam por um processo de disciplinarização que se daria pelo inculcamento, em seus corpos e mentes, de novos hábitos e costumes voltados aos interesses do mundo do trabalho.

Criadas pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então presidente da

República Nilo Peçanha, as 19 Escolas de Aprendizes Artífices foram inauguradas no ano de 1910 nas capitais das suas respectivas unidades federativas. Subordinadas à Diretoria Geral de Indústria e Comércio do Ministério da Agricultura, teve nas razões de sua criação objetivos de caráter ideológico, conforme podemos subentender no discurso abaixo transcrito:

Considerando o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só *habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna* com o indispensável *preparo intelectual*, como fazê-los *adquirir hábitos de trabalho profícuo*, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (FONSECA, 1986, v. 1, p. 177, grifos nossos).

Depreendemos das intenções manifestadas, que havia a necessidade de disseminar na população mais pobre e potencial trabalhadores, a ideia de vender sua força de trabalho e destiná-los ao exercício de atividades que lhes permitissem *adquirir hábitos de trabalho profícuo*. Pela disciplinarização dos filhos das camadas populares (os quais eram vistos como elementos de desordem social), os republicanos viam a relação educação-trabalho como sendo fundamental à regeneração social e a construção da nacionalidade. (GURGEL, 2007).

No Rio Grande do Norte, a Escola de Aprendizes Artífices (EAA) foi inaugurada em Natal, no dia 03 de janeiro de 1910, com a finalidade de formar operários e contramestres por meio de ensino prático e dos conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício. Os requisitos para matrículas dos meninos consistiam em ter idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo; *não sofrer de moléstia infectocontagiosa* e não ter defeitos que impossibilitassem o aprendizado do ofício. (BRASIL, 1909). As prescrições higiênicas para a matrícula, nos leva a crer o conhecimento sobre as condições insalubres que as camadas populares viviam, as quais eram fruto da ausência de políticas públicas como saneamento básico, por exemplo, o que expunha as crianças às doenças respiratórias, às infecções nos olhos, à diarreia e que levavam muitas vezes a óbito prematuramente. O Estado se omitia e o povo ficava a sua própria sorte. Por fim, vemos nas prescrições que a instituição educativa que fora a princípio criada para *incluir* os pobres, instituiu em seu arcabouço normativo elementos higiênicos para excluí-los.

Em 1911, por meio de nova regulamentação dada as Escolas de Aprendizes Artífices (Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911), foram estipuladas algumas exigências relativas

às práticas de higiene (artigos 31 ao 33), tais como: local espaçoso para as oficinas; ventilação franca que proporcionasse “uma completa renovação do ar”; iluminação solar; ambiente sem vestígio de umidade; aparelhos sanitários, água potável “e outros meios que garantam o mais completo asseio e hygiene”. (BRASIL, 1911). São exigências levadas em consideração na construção do prédio da Escola de Aprendizes Artífices de Natal, localizado à Avenida Rio Branco (Figura 01).

Durante o século XX, a instituição sofrerá sucessivas mudanças em suas instalações físicas (reformas e novas construções), alterações em seu nome, em suas finalidades e curriculares. De instituição de ensino elementar à equivalência ao ensino secundário pela Lei Orgânica do Ensino Industrial em 1942, a escola foi transformada pelo processo de industrialização e confluência de teorias científicas, como a Psicologia e a Administração Científica, com ênfase para as ideias *tayloristas*, que primavam pela organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele para o aumento da eficiência e da produtividade (GURGEL, 2007).

Esse processo teve início ainda nos idos de 1920, marcado pela reforma do ensino profissional que resultou na remodelação geral, sob o comando da Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico³, chefiada por João Luderitz e Francisco Montojos. (GURGEL, 2007). Essa comissão realizou um diagnóstico apontando a precariedade de seus funcionamentos e a falta de uniformidade nos currículos. Assim, como resultado do trabalho dessa comissão, foi possível se chegar à Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escola de Aprendizes Artífices (formada por 46 artigos), que, por meio de Portaria de 13 de novembro de 1926, assinada pelo então Ministro da Agricultura, Miguel Calmon du Pin e Almeida, tornou realidade a industrialização do ensino profissional e a uniformização do currículo das escolas.

No processo de industrialização, o currículo prescrito na Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, em seus artigos de 29 ao 33, estabelecia, que o local destinado às oficinas fosse suficientemente espaçoso e sua ventilação a melhor possível, de modo que promovesse uma completa renovação do ar. A preocupação se estendia à iluminação que o ambiente deveria ter, visto que este precisava receber

³ O Serviço de Remodelação foi composto pelo Engenheiro João Luderitz, Antonio Hilário Travassos Alves, o engenheiro Lycério Alfredo Schreiner (que também foi diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Natal), Paulino Diamico, Ladislau Stawinski, Otelo Batista, Alcides Raupp, Luís de Oliveira e Cirilo Fiume. Em 1922, foi contratado Tebirecá de Oliveira e em 1923, Valdemiro Fettermann. (GURGEL, 2007).

bastante luz solar; as máquinas e aparelhos deveriam ser dispostos de modo que ficassem iluminados e as instalações físicas se mostrassem à prova de umidade. Em sendo assim, o local deveria ser seco e o mais possível impermeável. Por último, determinava que as Escolas deveriam ser dotadas de aparelhos sanitários, água potável em quantidade suficiente e outros meios que garantissem o mais completo asseio e higiene dos alunos (CONSOLIDAÇÃO..., 1926 apud FONSECA, 1986, v.1).

As medidas acima revelam que o cuidado com a higiene geral dos edifícios destinados a esse modelo de escola já se baseava nos pressupostos de uma pedagogia moderna, que enfatizavam a importância do ar puro, da luz abundante e de instalações sanitárias, requisitos indispensáveis ao bom estado dos edifícios (GURGEL, 2007).

Em consequência do trabalho do Serviço de Remodelação, no ano de 1928, na EAA de Natal foi construída a ala esquerda do edifício da Avenida Rio Branco, consistindo em um pavilhão para salas de aula. E mais adiante, no ano de 1936, foi aberta a concorrência pública para a construção dos pavilhões para refeitório, cozinha provisória e pavilhão sanitário. (GURGEL, 2007).

Construídos próximos às zonas centrais, a monumentalidade dos prédios escolares representava, em geral, a sua solidez e sobriedade, como assim o foi o prédio da EAA da Avenida Rio Branco. Veiga (2000, p.410) admite que a mencionada busca de “racionalidade e funcionalidade nas suas edificações [era] para comungar com os padrões de higiene”.

Ao nosso ver, as edificações das Escolas de Aprendizes Artífices, com suas fachadas imponentes, tendenciosamente, visavam ao enaltecimento da República, deixando visível aos olhos de todos, os seus feitos em relação à instrução, em vez de significar, necessariamente, a democratização da escolarização. Conforme a Figura 01, o prédio tinha traços em comum com as demais edificações do mesmo período, especialmente a grande fachada, onde se situava a entrada principal, e um elevado número de janelas que seguiam as orientações dos médico-higienistas.

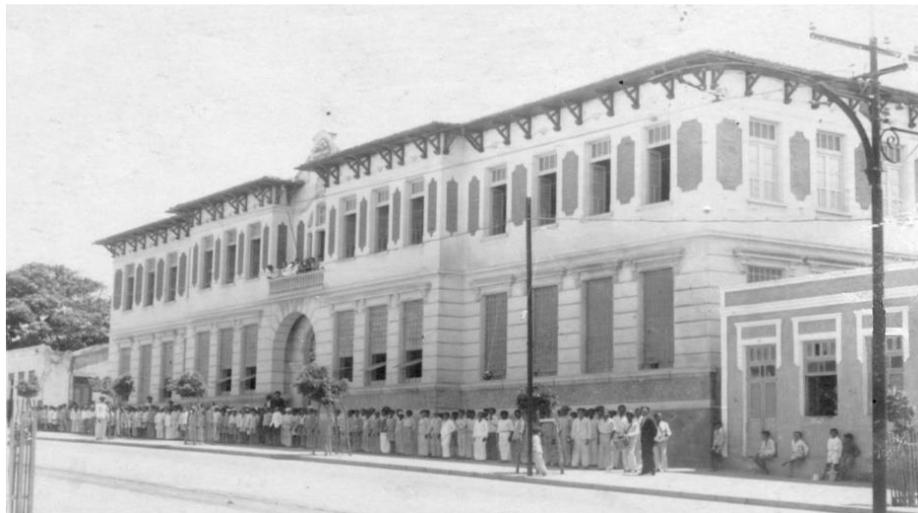


Figura 1: Liceu Industrial do RN (Av. Rio Branco após reforma de 1937)

Fonte: Arquivo Geral do IFRN (2023)

Conforme podemos depreender da Figura 01, o prédio da Avenida Rio Branco buscou atender tanto à racionalização quanto à funcionalidade dos espaços, ao mesmo tempo que atendia os padrões higiênicos. O que revela que a arquitetura escolar

é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcas para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (ESCOLANO, 2001, p. 26).

Em reforço ao mencionado, Faria Filho e Vidal (2000) ressaltam que o convívio com essa arquitetura tinha toda uma carga ideológica a incutir nos indivíduos.

[...] as dimensões grandiosas e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Nesse aspecto, a organização arquitetônica da instituição, ao que parece, dadas as reformas pelas quais passou, foi se racionalizando lentamente até originar uma nova estrutura física que atendesse às exigências da pedagogia, da higiene e da disciplina, a exemplo da construção da *quadra* para a prática da Educação Física, que atendia aos preceitos da higienização do corpo.

A influência higienista e eugênica⁴ ainda assumia forte repercussão no País, a ponto da Constituição de 1934, em seu artigo 138 trazer as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios quanto ao cumprimento de medidas que levassem a efeito:

a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) *estimular a educação eugênica*; [...]; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e *de higiene social*, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) *cuidar da higiene mental* e incentivar a luta contra os *venenos sociais*. (BRASIL, 1934, grifos nossos).

Entretanto, cabe-nos mencionar que, até serem incorporados ao texto constitucional, em 1934, esses preceitos foram temas debatidos pela comunidade científica em anos anteriores. A exemplo do I Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em 1923, onde, segundo Mansanera e Silva (2000, p. 119, grifos dos autores), “os principais articuladores do movimento da higiene social tomaram para si a tarefa de proteger higienicamente a coletividade, *em nome da ordem, e contra a anarquia do liberalismo, dos ideais igualitários, da promiscuidade e decadência urbanas*”, em uma nítida expressão de que as ideias higiênicas para o povo, tomam corpo.

Reforçadas pela Constituição e pelas práticas sociais, nos anos seguintes, as instituições escolares passam a ser sistematicamente orientadas contra “as patologias, a pobreza e o vício, que se alastravam pelo país”. (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 124).

A partir da década de 1940, sob a ótica instrumentalista e pragmática, a formação da classe trabalhadora passa a se orientar para atender aos interesses do desenvolvimento da indústria. Dada a importância que o ensino industrial passou a assumir na formação de mão-de-obra, surge a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), que alterou profundamente a organização do ensino profissional ao estabelecer

as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. (BRASIL, 1942).

⁴ “O termo *Eugenia* deve ser definido como o estudo dos fatores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mentalmente”. (DOMINGUES, 1932, n. 37, p. 6, grifo do autor). Para saber mais, acesse o periódico “Boletim de Eugenia” fundado em janeiro de 1929, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Eugenia, os quais estão disponíveis no site da Hemeroteca Digital Brasileira (números publicados no período de 1929 -1932).

A partir da Lei Orgânica, o ensino industrial passou a ter as seguintes finalidades especiais: formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais; dar aos trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. (BRASIL, 1942).

Em relação aos princípios orientadores, a Lei Orgânica estabeleceu, em seu artigo 5º, que os ofícios e técnicas deveriam ser ensinados nos cursos de formação profissional, e, um esforço de associação entre os conhecimentos teóricos e a prática. Além disso, incluir-se-iam disciplinas de cultura geral e *práticas educativas* que contribuíssem para acentuar a *elevação do lado humano do trabalhador*. (BRASIL, 1942). Como práticas educativas, havia o destaque para a educação física e a educação musical, ambas obrigatórias; podendo ainda ser incluída, a critério da instituição e sem caráter obrigatório, a educação religiosa.

A seguir, passaremos a discorrer sobre algumas dessas práticas educativas na Escola Industrial de Natal alinhadas ao discurso higienista.

As práticas educativas higiências contra os maus hábitos e vícios sociais

Conforme já dissemos, as instituições educativas deveriam preparar o novo cidadão necessário à República a partir de novas estratégias baseadas nos valores que estavam sendo idealizados. O pronunciamento de Vago (2000, p. 126, grifos nossos) é esclarecedor quanto a essa proposição:

Ancorada em pressupostos de uma decantada *racionalidade científica*, destacando-se sua sintonia com *teorias racistas e higienistas* que circulavam no País, a escola, em seu novo molde, foi projetada como instituição capaz de introjetar nas crianças maneiras julgadas superiores, modos considerados civilizados, orientando-as para assumir condutas inteiramente distintas daquelas que possuíam. Nesse movimento, os corpos das crianças tornaram-se alvo do investimento da escola, sendo colocado no centro das práticas educativas: constituí-lo, ou reconstituí-lo, racionalmente, tornou-se atribuição da escola.

Vários indícios desse primado pudemos perceber nas fontes pesquisadas. Inculcar novos hábitos de higiene e comportamento nas camadas populares fazia parte do escopo das práticas educativas instituídas pela Lei Orgânica. Os novos hábitos exigidos contribuiriam para

Disciplinar o comportamento, através da imposição dos novos padrões de comportamento socialmente estabelecidos. A Escola era, deste modo, um

espaço de civilidade que formava hábitos de comportamento juntamente com as lições e os manuais de leitura e escrita. (NASCIMENTO, 2004, p. 211).

Nesse sentido, os exercícios físicos e aliada a instrução pré-militar ofertada pela Escola de Instrução Militar – 271, anexa à Escola Industrial de Natal, cumpriram importante papel. Orientados pelo “*primado da correção e constituição dos corpos*. A pretensão imediata com a presença da ginástica nas práticas escolares esteve fortemente marcada pela crença na sua capacidade de endireitar e robustecer os corpos [...]”. (VAGO, 2000, p. 129, grifos do autor).

Alinhada a esse discurso, a Educação Física e as práticas esportivas na Escola Industrial de Natal cumpriram seu papel no intuito de evitar maus hábitos e vícios que comprometessem à saúde do corpo, mas que proporcionasse a existência de um indivíduo saudável, viril e forte. Nesse sentido, os espaços foram sendo racionalizados à luz dessa intencionalidade. A construção da praça de esportes revela a importância que foi dada à construção dos prédios destinados a esse modelo de instituição, os quais deveriam constituir espaços disciplinadores quanto às práticas moralizantes e higiênicas sob a ótica da disciplina e conformação dos corpos. Na EIN, as aulas de Educação Física (Figuras 2 e 3), auxiliavam na precisão dos movimentos dos corpos e iam além da demonstração de força física pela realização dos exercícios como a ginástica sueca e a calistenia: expressavam uma teoria pedagógica que incorporava os pressupostos da “Higiene e objetivava ser útil para a vida e, principalmente, para a profissão”. (SILVA; MARTINS, 2006, p. 154).



Figura 2 – Aula de Educação Física



Figura 3 – Aula de Educação Física

Fonte: Arquivo Geral do IFRN (2023)

Eis que as imagens acima nos proporcionam a associação da educação higiênica à prática da educação física, ambas contribuindo para o mesmo ideário (mesma filosofia), ou seja, a primazia do corpo sobre a alma, do concreto sobre o abstrato ou da matéria sobre o espírito. (GURGEL, 2007). Ou seja, a prática era vista como saudável e benéfica ao fortalecimento do corpo, bem como serviria para formação de uma nação civilizada e saudável que pudesse contribuir na construção social do país.

A questão do corpo, do movimento, dos exercícios ou da ginástica é uma preocupação que ocupa lugar privilegiado *na agenda médica* fazendo com que, ao tratar da educação escolar, também incluía esse tema como um dos aspectos a ser observado no rol de recomendações por eles estabelecidas, de modo a produzir um colégio, alunos, professores e mestres higienizados (GONDRA, 2000, p. 543, grifos nossos).

A forma e o movimento do corpo eram desenvolvidos metodicamente. Realizados ao ar livre, os exercícios estimulavam uma forma corporal duradoura e ainda contribuíam para a formação do caráter e a assistência ao civismo. Na opinião do eugenista Octavio Domingos, membro da Sociedade Brasileira de Eugenia, “O exercício físico, os esportes, portanto, são uma coisa útil, necessária á saúde, ao desenvolvimento do individuo, e só *indiretamente* á espécie” (DOMINGUES, 1932, n. 37, p. 7, grifo no original)⁵.

Além dos exercícios físicos, a higiene alimentar não ficou de fora das preocupações da EIN, pois cumprindo as novas determinações da organização que fora dada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial no país, passou-se a realizar, no seu refeitório, uma série de palestras instrutivas em torno do “magno problema – higiene alimentar –, palestras estas proferidas pelos professores daquele educandário, na presença de todos os alunos, na hora da refeição às 11:45 [...]”, tomando por base os conselhos existentes no livro recém-publicado do professor Peregrino Junior – *Alimentação, problema nacional* (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1942, n. 3253, p. 4).

Parece, a nosso ver, que se pretendia, por variados recursos, *apagar* os ditos *maus hábitos* que os meninos traziam para a Escola. Era necessário, então, inculcá-los outros – aqueles socialmente aceitáveis e novos códigos de civilidade. As boas maneiras eram fundamentais para higienizar o ambiente, combatendo todas as doenças infectocontagiosas

⁵ Na transcrição dos conteúdos oriundos dos periódicos será mantida a ortografia da época como mecanismo de aproximação da linguagem utilizada.

e os *vícios sociais*.

Nesse sentido, sistemáticas campanhas foram empreendidas, conforme matéria veiculada pelo Diário de Natal em sua edição do dia 13 de setembro de 1949. Tratava-se da “Campanha contra o fumo e a sífilis, na Escola Industrial”:

Com a valiosa colaboração dos drs. Luiz Antonio, Paulo Galvão e Múcio da Cunha Mélo, a Escola Industrial de Natal está empreendendo, junto aos seus alunos, uma forte campanha contra o fumo e a sífilis, a qual, iniciada ontem, será levada a efeito até o fim de semana corrente. [...]. Ontem, falou sobre o fumo o dr. Paulo Galvão, médico da Escola Industrial, e hoje o dr. Múcio Mélo dissertou sobre a higiene bucal. Amanhã o dr. Paulo Galvão falará sobre a sífilis, e na próxima quinta-feira falará sobre o fumo o dr. Luiz Antonio. As palestras de sexta-feira e de sábado estarão a cargo dos drs. Paulo Galvão e Múcio Mélo, os quais falarão, respectivamente, sobre as *Doenças venéreas e a sua profilaxia*, e *Focos de infecção*. (DIÁRIO DE NATAL, 1949, n. 1991, p. 6, grifos no original).

Conforme podemos perceber, as investidas do pensamento higienista são manifestações de que o corpo pode ser manipulado, modelado, treinado e se tornar obediente, principalmente quando o poder disciplinador é representado pela autoridade médica.

Em mais uma manifestação da influência da higiene, fora criada a “Liga Contra os Vícios Sociais”, conforme matéria de 9 de agosto de 1950:

Na próxima sexta-feira, dia consagrado ao Estudante Brasileiro, com início marcado para as 19,30 horas, no salão de conferencias da Escola Industrial de Natal, gentilmente cedido pelo seu diretor, realizar-se-á a solenidade de instalação da Liga Estudantil Contra os Vícios Sociais. A reunião em apreço contará com a presença de professores e estudantes desesejosos de colaborar nas atividades da Liga, visando o combate ao tabagismo, ao jogo e ao alcoolismo, devendo nessa oportunidade, tomar posse a Diretoria Provisoria daquela agremiação. (DIÁRIO DE NATAL, 1950, n. 02300, p. 4).

Tratou-se de evento patrocinado pela Associação Potiguar de Estudantes e que teve eco no ano seguinte, conforme matéria veiculada no dia 12 de abril de 1951:

Constitui acontecimento da mais exclusiva significação em nossos meios educacionais a Primeira Semana Contra os Vícios sociais, realizada sob o patrocínio da Liga Estudantil. O certame constou de palestras acerca dos males trazidos pelos vícios, colaborando nesse movimento, a escola Rural Raquel Figner, o Grupo Escolar Augusto Severo, a Escola Industrial de Natal, o Colégio Estadual (Secção Masculina) e o Ginásio 7 de Setembro. O encerramento da Semana verificou-se ontem, com a brilhante conferencia proferida pelo Dr. Luiz Antonio, no auditorio do Ginásio 7 de setembro, oportunidade na qual o orador focalizou com *precisão de fundamentos*

científicos, o quadro doloroso deixado na vida humana pelas consequências desastrosas do tabagismo. Alcançou assim os melhores resultados [...] iniciativas das mais proveitosas, nessa época em que carecemos de valores morais capazes de darem novos rumos ao estado de coisas da nossa sociedade. Não pode haver movimento mais digno do que esse de combater os vícios principalmente quando se reconhece que um ideal dessa envergadura parte do seio da própria mocidade. [...] (DIÁRIO DE NATAL, 1951, n. 02519, p. 6)

Depreendemos das matérias jornalísticas que a EIN cumpria junto à sociedade natalense um papel de destaque, posto que o modelo educacional repercutido influenciava o imaginário social. A representação nutrida no seio da sociedade natalense pode ser ilustrada na “Crônica Social” de Palmyra Wanderley⁶ de 21 de outubro de 1951, intitulada “Tesoura, Bigorna e Malho”, que descrevia as comemorações pela passagem do Dia dos Professores na EIN. Eis, o fragmento da crônica.

[...]. É a primeira vez que o Liceu faz uma demonstração pública da capacidade de seus alunos surpreendendo os assistentes com o ineditismo de um programa realizado com brilhantismo. Já não se pode duvidar do progresso da *calistenia* [conjunto de exercícios que usa o peso do próprio corpo], nem da técnica orfeônica da banda de cantores, daquele estabelecimento de ensino, nem tão pouco da eficiência dos professores e da atuação benéfica do atual diretor, dr. Jeremias Pinheiro. Homem pratico, homem de ideal e de trabalho, homem cristão, decidida vocação de comando escolar, amoldada ao sentimento de paternidade adotiva de seus alunos, governando pelo poder da bondade, pelo equilíbrio da inteligência, as únicas forças capazes de reger os povos pelo milagre do amor, pela consciencia da verdade. [...]. Sob o comando da voz locutor, que outro não seria senão o proprio diretor da escola, a explicar, dirigir e doutrinar, os alunos mais adestrados em ginastica, apresentaram vários números de educação física, numa *demonstração racial de musculatura*, de agilidade, de *força física*, de distensão e retração de músculos, com segurança, com ritmo, movidos pelo amor da vida, impelidos pelo *patriotismo da juventude*, num sentido educacional. [...]. O Liceu Industrial de Natal carrega, como os demais do país, a responsabilidade da formação da *infância proletária* do Brasil, missão das mais importantes, quando há quem pense que as mãos do operário de toda parte, trazem o destino e conduzir o futuro, o globo do mundo... Quem conhece e admira o gosto artístico e o pender musical de Lourdes Guilherme professora de canto orfeônico do Liceu, esperava como eu, que o canto coral encerrasse com muita beleza, no salão de festas, o programa matinal do dia do professor naquele educandário. ‘Si esta rua fosse minha’, motivo folclórico, tão apropriado ao devaneio dos que se iniciam na arte da musica e na ternura do coração, - foi executado com expressão e sentimento merecendo os maiores aplausos da assistência, quando a banda do assovio

⁶Palmyra Guimarães Wanderley foi uma intelectual feminista potiguar que se destacou por meio de suas poesias e de sua atuação na imprensa. A escritora, desde cedo, publicou livros de poesias e enveredou pelo campo jornalístico. Para saber mais, consultar Silva (2023).

finalisava aquela cantiga de rapaz ainda noviço nos encantos do amor. No acalanto de Mozart, o orfeon do Liceu, recordou com muito sentimento o embalo do seio maternal. E ‘Luar do Sertão’, o hino nacional do Nordeste encerrou as festividades, com uma lição de poesia regional, de amor terraneo, que Catulo da Paixão Cearense ensinou, numa pagina brasileira, a Patria de ontem, ae (sic) hoje e de amanhã. (DIÁRIO DE NATAL, 1951, n. 2702, p. 5, grifos nossos).

A crônica consegue expressar não apenas as finalidades da instituição, mas proporciona enxergar os elementos constituintes da formação destinada ao povo, os quais vimos percorrendo ao longo do texto. Não apenas enaltecia os valores patrióticos, mas o gosto estético por meio da música (canto orfeônico), conduzido na EIN pela batuta da professora Lourdes Guilherme (destaque na sociedade natalense por sua devoção à música e à educação). O fragmento da crônica revela que a educação também era higiênica. Além disso, ao mesmo tempo que destaca a importância da eficácia dos exercícios em tornar os corpos robustos e saudáveis, demonstra sua utilidade para o mundo da produção e que os *civiliza*.

Como já mencionamos, além da ênfase dada aos exercícios físicos, a EIN participava e realizava eventos cívicos, tidos como momentos de conagração entre a escola e a sociedade. Especialmente, durante a gestão de Jeremias Pinheiro da Câmara Filho (que dirigiu a EIN de 1939 a 1954), os eventos cívicos foram realizados sistematicamente. Jeremias Pinheiro Filho era um diretor que se manteve fiel e alinhado ao projeto de construção do País em curso. Sua gestão foi marcada por práticas conservadoras, pelas boas relações com a imprensa, a Igreja e o Governo. Suas ações à frente da EIN foram frequentemente repercutidas pela imprensa norte-rio-grandense tanto pelo jornal católico *A Ordem* quanto pelo *Diário de Natal*.

Na edição do dia 28 de novembro de 1951, o Diário de Natal trazia matéria sobre as comemorações alusivas ao “Dia da Bandeira na Escola Industrial”:

A Diretoria da Escola Industrial de Natal, contando com a participação de todos os seus professores e alunos e mais ainda a cooperação do ‘Centro-Litero Recreativo’ daquele educandário, realizou na segunda-feira última, no seu salão de festas, uma sessão com a finalidade de solenizar o Dia da Bandeira. [...]. Falou em seguida o professor Evaristo de Souza, discorrendo sobre o Dia da Bandeira, enaltecendo os feitos gloriosos dos que, até a presente data, têm sabido honrar e dignificar o sagrado pavilhão – símbolo imaculado da nossa estremecida pátria. Ao som do Hino á Bandeira, foi encerrada a solenidade, cantado por todos os presentes, sob a regência da Professora Maria de Lourdes Guilherme. (DIÁRIO DE NATAL, 1951, n.02732, p.5, grifo no original).

Os eventos cívicos eram a expressão e o alinhamento ao sentimento de patriotismo e de civismo disseminados na sociedade; eram constituintes da cultura escolar da instituição. Carregados de simbologia, “os desfiles pelas ruas de Natal manifestaram todo o sentido simbólico da Escola no meio social; mas em nenhum momento deveriam suscitar conflitos próprios da estrutura econômica, cultural e política”. (GURGEL, 2017, p. 211).



Figura 4 – Desfile Cívico da EIN em 1941



Figura 5 – Ritual de Passagem da Bandeira

Fonte: Arquivo Geral do IFRN (2023)

Como vemos nas imagens, à medida que a imprensa informava os fatos, os acontecimentos e emitia opiniões, era capaz de contribuir com a formação dos sujeitos. Além de auxiliou na execução do projeto de sociedade em curso, era a demonstração que a higiene cumprira seu papel na modelação desses corpos e mentes.

Ainda na esteira da promoção da saúde do povo, em matéria do dia 27 de outubro de 1952 sob o título “Anti-Alcoolismo e Higiene Mental: Iniciadas, ontem, as Semanas de Anti-Alcoolismo e Higiene Mental – Programa para hoje e amanhã – apoio de estabelecimentos escolares”, fazia menção a realização de um evento da Liga Brasileira de Higiene Mental promovido pela Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e Departamento Arquidiocesano de Defesa da Fé e da Moral (representado pelo cônego Eugênio Sales). O Jornal ressalta que “seu êxito será marcante haja visto o apoio que vêm recebendo de autoridades, médicos, advogados, professores estabelecimentos escolares e instituições, valendo que se diga de sua finalidade que é das mais patrióticas”. (DIÁRIO DE NATAL, 1952, n.03053, p.6).

Durante os dias de realização do evento, o jornal veiculou diariamente matérias sobre

sua programação, onde se fez constar palestras como: “O Estudante e o Alcoolismo” proferida no dia 28 de outubro no Colégio Santo Antonio pelo então diretor da EIN, Jeremias Pinheiro Filho (DIÁRIO DE NATAL, 1952, n.03054); palestra ocorrida no Círculo Operário, proferida pelo Dr. Otto Guerra sob o título “ Higiene Mental e o Trabalhador” e a palestra na EIN intitulada “Jogos Populares e Higiene Metal” proferida pelo Dr. Verissimo de Melo. (DIÁRIO DE NATAL, 1952, n. 03056). Além das instituições escolares, o evento ocorreu na Base Aérea de Natal, na Polícia Militar, bem como houve transmissão pela Rádio Poti.

As edições acima demonstram que a ideia que educar vai além de ensinar os conteúdos prescritos, mas significava formar cidadãos sadios e que problemas como o alcoolismo não viessem a comprometer a capacidade produtiva do trabalhador. Nesse sentido, sob influência da Psicologia, o serviço de orientação profissional nas escolas passará a ser assunto da Higiene (social ou coletiva e individual).

Considerações finais

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices foi resultado de um conjunto de iniciativas tomadas pelo Estado brasileiro objetivando transformar meninos pobres em cidadãos disciplinados e trabalhadores que atendessem às exigências do mercado de trabalho em franca expansão.

Por meio de práticas educativas sob os ditames higienistas respaldados pedagogicamente, a Escola Industrial de Natal procurou homogeneizar os indivíduos pela construção de uma cultura escolar que marcou a vida dos indivíduos que por ela passaram.

Contrariando a corrente nacional de efervescência de desenvolvimento da indústria, a EIN chegava a metade do século XX, exercendo sua função mais voltada à formação de cunho mais político-ideológico do que àquela voltada ao desenvolvimento econômico e educacional da população norte-rio-grandense. (GURGEL, 2007). Ou seja, em razão de sua orientação pedagógica, que, pretendendo contribuir para a construção da nacionalidade, priorizou por meio de práticas higiênicas a ordem, o progresso e o amor à Pátria.

Por fim, quisemos com esse texto contribuir com o campo da História da Saúde e das Doenças ao demonstrar que as instituições educativas, com destaque para aquelas criadas com a finalidade de dar instrução e formar para o trabalho os filhos dos pobres, podem se constituírem fecundos objetos de pesquisas históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911*. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20novo%20regulamento%20C3%A1s%20escolas,61%20da%20lei%20n.> Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: de 16 de julho de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. *Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BEZERRA, Cristina D'Oliveira Vidal; KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. Memórias do jornalismo impresso potiguar: a importância de Luiz Maria Alves para a história do Diário de Natal. *40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba/PR, 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2017-1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DIÁRIO DE NATAL. *Campanha contra o fumo e a sífilis, na Escola Industrial*. Natal, n. 1991, 13 set. 1949, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=31052. Acesso em: 08 fev. 2023.

DIÁRIO DE NATAL. *Liga Contra os Vícios Sociais*. Natal, n. 02300, 9 ago., 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=33137. Acesso em: 08 fev. 2023.

DIÁRIO DE NATAL. *Semana Contra os Vícios Sociais*. Natal, n. 02519, 12 abr. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pagfis=34586. Acesso em: 08 fev. 2023.

DIÁRIO DE NATAL. *Tesoura, Bigorna e Malho*. Natal, n. 2702, 21 out. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22liceu%20industrial%22&pagfis=35741. Acesso em: 09 fev. 2023.

DIÁRIO DE NATAL. *O Dia da Bandeira na Escola Industrial*. Natal, n. 02732, 23 nov. 1951, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22liceu%20industrial%22&pagfis=35913. Acesso em: 09 fev. 2023.

DIÁRIO DE NATAL. *Anti-Alcoolismos e Higiene Mental*. Natal, n. 03053, 21 out. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pagfis=37935. Acesso em: 09 fev. 2023.

DIÁRIO DE NATAL. *Anti-Alcoolismo e Higiêne Mental*: continua com êxito a série de palestras – Na Rádio Poti, em estabelecimentos escolares, corporações militares e instituições. Natal, n. 03054, 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pagfis=37936. Acesso em: 09 fev.2023.

DIÁRIO DE NATAL. *Anti-Alcoolismo e Higiêne Metal* – Palestras de ontem e de hoje – Amanhã, o encerramento. Natal, n. 03056, 31 out. 1952, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pagfis=37948. Acesso em: 09 fev. 2023.

DOMINGUES, Octavio. A Eugenia e os Esportes. *Boletim de Eugenia* (RJ). Rio de Janeiro, n. 37, 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=159808&pesq=calistenia&pagfis=230>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. *Palestra sobre higiene alimentar*. A República, Natal, ano LIII, n. 3253, 15 mar. 1942.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 21-57.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909/1934)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FONSECA, Celson Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. V.1.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; GATTI JÚNIOR, Décio. As representações na imprensa de práticas cívico-patrióticas em instituições escolares de Minas Gerais (Brasil) na primeira metade do século XX. *HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 29-42, jan./mar. 2018.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. *A trajetória da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal: República, trabalho e educação (1909–1942)*. Tese. 232f. (Doutorado em Educação – UFRN). Natal, 2007.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, n. 1, p. 09-43, jan./jul. 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da Psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, v. 5, n. 1, p. 117-137, 2000.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, Faculdade de Educação da USP, n. 15, p. 70-96, set./out./dez. 2000.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. Práticas escolares e aspectos cotidianos. In: _____. *Memórias do aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Catavento, 2004. p. 191-248.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. Respeita Nossa História: a escritora Palmyra Wanderley (1899-1978) e a emancipação feminina. Mulheres do Fim do Mundo. *Respeita Nossa História*, n. 12, Edição Especial de Aniversário. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pagfis=35741. Acesso em: 09 fev. 2023.

SILVA, Pierre Normando Gomes; MARTINS, Marcello Fernando Bulhões. A redenção do país pela regeneração do corpo: exigências para Educação Física na República. *Sæculum*, n. 15, João Pessoa, jul./dez. 2006.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920)*. Educar, Curitiba, n. 16, p. 121-135, 2000.

VEIGA, Cyntia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.